



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006472-63.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **GILESE APARECIDA POLETTI**
 Requerido: **General Electric do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto fabricado pela ré, o qual apresentou vício de fabricação.

Alegou ainda que esse vício não foi reparado em trinta dias, inclusive porque a peça que tinha problema deixou de ser fabricada, de sorte que postula a substituição por outro, ou alternativamente a devolução dos valores pagos, e também o ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ação foi ajuizada originalmente contra a ré **GENERAL ELETRIC DO BRASIL LTA. (GÊ)**, a qual foi regularmente citada (fl. 29) e não ofertou contestação.

Decreto-lhe a revelia, pois.

Quanto ao pedido de retificação do polo passivo da relação processual, para que ele passe a ser integrado exclusivamente pela contestante **MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, não merece acolhimento diante da oposição da autora (fl. 73).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ademais, eventual "parceria" entre a ré e a contestante produziria efeitos entre ambas, sem afetar a autora, não podendo servir de argumento para eximir a primeira de responsabilidade pelos fatos noticiados.

Indefiro, pois, o pedido formulado a propósito, com a ressalva de que a contestante **MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA.** figurará doravante como corré no processo, **anotando-se.**

Indefiro, outrossim, o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária à contestante **MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, adotando como razão de decidir os fundamentos expendidos pela autora a fl. 73, último parágrafo.

No mérito, as alegações da autora não foram refutadas.

Em momento algum as rés concretamente manifestaram o propósito em solucionar a situação dela e nem mesmo impugnaram a assertiva de que a peça danificada do produto deixou de ser fabricada, em clara ofensa ao art. 32 do CDC.

Já o propalado acordo com a autora perante o PROCON local (fl. 35, primeiro parágrafo) não contou com um único indício a conferir-lhe verossimilhança.

A conjugação desses elementos torna de rigor a incidência ao caso da regra do art. 18, § 1º, incs. I e II, do CDC, cujos pressupostos estão preenchidos

Já os danos morais suportados pela autora se reputam configurados.

As rés ao menos no caso dos autos dispensaram à mesma tratamento pautado por absoluta desídia e negligência, causando-lhe abalo de vulto que foi muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, sobretudo pela relevância que o produto em apreço possui nos dias de hoje.

O valor da indenização será fixado com base nos critérios usualmente empregados em situações afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), ficando arbitrado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a substituírem a geladeira vendida à autora por outra da mesma espécie e em perfeitas condições de uso no prazo de dez dias ou, se não o fizerem, a pagarem à autora a quantia de R\$ 2.199,90, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2013 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da citação, bem como para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida (R\$ 4.000,00) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**